

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Gaeco investiga destruição de provas em esquema de exploração sexual

Após acareação entre o auditor e ex-assessor
do governo, novas pessoas
devem ser indiciadas na rede de exploração sexual
de menores em Londrina

Celso Felizardo
Reportagem Local

Londrina— Após uma acareação de mais de duas horas entre o auditor Luiz Antônio de Souza e o ex-assessor do governo estadual Marcelo Caramori, no final da manhã de ontem, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) pode indiciar novas pessoas no esquema de exploração sexual de menores em Londrina. Desta vez, no entanto, os suspeitos são investigados por destruição de provas, a principal delas um chip de celular que estava com uma das meninas.

A promotora Susana Lacerda informou que surgiram novos nomes em relação ao processo de destruição de provas no período de duas semanas, entre 13 de janeiro, quando o auditor foi preso com uma adolescente de 15 anos em um motel, e 29 do mesmo mês, data da primeira prisão de Caramori. Os

dois assinaram acordo de delação premiada, mas o Ministério Público ainda tinha dúvidas sobre a veracidade de algumas informações. “Desta vez os depoimentos foram similares e esclarecedores. Algumas aparentes divergências foram solucionadas”, disse a promotora.

De acordo com Susana, o Ministério Público vai analisar o oferecimento das novas denúncias. Os nomes e a quantidade de investigados não foram revelados para não prejudicar as investigações. Outros detalhes do processo também correm sob sigilo de justiça. Após a acareação, Caramori deixou a sede do Gaeco com um pano na cabeça. Ele responde em liberdade por colaborar com as investigações. Já Luiz Antônio de Souza, que não conseguiu o mesmo benefício, retornou à noite para a Penitenciária Estadual de Londrina (PEL 1), onde permanece preso. Durante a tarde, ele prestou depoimentos sobre a Operação Publicano.

Também à tarde, o empresário Íris Matos Moreira retornou à sede do Gaeco para prestar esclarecimentos sobre o depoimento de outra suposta vítima do esquema de exploração sexual, uma mulher de 24 anos, que teria tido relações com ele e outros seis homens aos 13 anos. O advogado de Moreira, Ronaldo Neves, informou que o cliente nega conhecer as meninas. Segundo Moreira, a moça mencionou motéis que nem existiam à época. O empresário foi denunciado em 11 casos e respondeu a duas ações. Neves disse que vai tentar a liberação do cliente, que tem 71 anos e já teria perdido cinco quilos na prisão.

CONTINUA

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

No dia 1º de junho deve ser concluída a primeira audiência do esquema de exploração sexual. A Justiça, que já ouviu a adolescente de 15 anos que estava no motel com Luiz Antônio de Souza em janeiro, os pais dela e dois policiais, deverá tomar os depoimentos do auditor e de Carla de Jesus, jovem de 19 anos que aliciava a própria irmã. A audiência do primeiro inquérito estava prevista para ser concluída na quarta-feira passada, mas foi adiada porque o Ministério Público pediu o reforço de mais uma testemunha de acusação.

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Juiz mantém sigilo de delação premiada

Loriane Cameli

Reportagem Local

O juiz da 3ª Vara Criminal de Londrina, Juliano Nanuncio, indeferiu pedidos formulados por advogados de réus da peração Publicano, que apura corrupção e sonegação fiscal na Receita Estadual de Londrina, de acesso aos depoimentos de delação premiada do auditor Luiz Antônio de Souza.

Há cerca de 20 dias, o delator tem prestado depoimentos – que já somam mais de 40 horas – ao Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaceo) contando tudo o que sabe sobre as fraudes na Receita e o esquema de exploração sexual de adolescentes. Ele está preso desde 13 de janeiro, quando foi flagrado com uma menor em um motel da cidade.

Pelo menos cinco advogados pediram acesso à delação de auditor, mas o juiz, na decisão, negou o pedido “para não comprometer estratégias investigativas eventualmente em curso”.

Entre as declarações de Souza – levadas a público pelo seu advogado, Eduardo Duarte Ferreira, estão o fato de que o esquema na Receita teria arrecado mais de R\$ 50 milhões em propina nos últimos dez anos e resultado na sonegação de pelo menos R\$ 500 milhões em impostos estaduais. Ainda segundo Ferreira, seu cliente teria citado o nome de mais de cem empresas e pessoas (incluindo 35 auditores) como envolvidas no esquema.

Também revelou que auditores, a pedido do empresário Luiz Abi Antoun, arrecadaram cerca de R\$ 2 milhões em propina para a campanha de reeleição do governador Beto Richa (PSDB), em 2014.

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

Justiça autoriza ida de Vargas e ex-deputados para penitenciária

**Presos na carceragem da PF, em Curitiba,
André Vargas, Luiz Argôlo e
Pedro Corrêa serão remanejados para o
Complexo Médico Penal, em Pinhais**

*Também foi confirmada a
transferência para o sistema
penitenciário do ex-tesoureiro
do PT João Vaccari Neto*

Rubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba – O juiz federal Sérgio Moro, que está à frente dos processos da Operação Lava Jato que tramitam na 13ª Vara Federal Criminal, autorizou a transferência dos três ex-deputados André Vargas (sem partido-PR), Luiz Argôlo (afastado do SD-BA) e Pedro Corrêa (desfiliação do PP-PE) da carceragem da Superintendência da Polícia Federal (PF) para o Complexo Médico Penal (CMP), em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC). A previsão é de que eles deixem a PF na manhã de hoje e sigam com escolta até o presídio.

Além deles, também foi confirmada a transferência para o sistema penitenciário do ex-tesoureiro do Partido dos Trabalhadores (PT) João Vaccari Neto. O pedido também havia sido feito em relação ao ex-diretor da Área Internacional da Petrobras Nestor Cerveró, entretanto foi negado. A justificativa dada pelo juiz é de que uma das ações penais em que o ex-diretor é réu está em fase final.

A decisão atende um pedido feito pelo delegado Igor Romário de Paula, que coordena as investigações da Lava Jato, informando de dificuldades de espaço na carceragem da PF. Vargas, Argôlo e Corrêa estão presos desde o dia 10 de abril e são réus em

processos que apuram os crimes de lavagem de dinheiro, organização criminosa, corrupção. Vaccari é réu em duas ações penais e acusado dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e formação de quadrilha. Ele está preso desde o dia 15 de abril.

CONTINUA

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

CONTINUAÇÃO

Segundo a advogada de Vargas, Nicole Trauczynski, nenhuma medida será tomada até que ela converse com o ex-deputado sobre a decisão de Moro. Já Pedro Scavuzzi, defensor de Argolo, informou que não vai questionar a transferência para o CMP. Luiz Flávio Borges D'urso, advogado de Vaccari; e Michel Saliba, defensor de Pedro Corrêa; não retornaram às ligações da reportagem.

A ala em que os réus da Lava Jato estão no CMP é destinada a receber policiais presos e detentos que possuem curso superior. De acordo com a Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária (Sesp), ao entrar na cela, cada preso recebe um kit que tem, entre outras coisas, escova de dentes e papel higiênico. A divisão, de três presos por cela, será feita pela PF. Cada uma das celas tem três camas e o banheiro é coletivo e será dividido com cerca de cem presos do CMP. Ainda de acordo com a Sesp, as celas não têm TVs, mas os presos da Lava Jato poderão negociar a demanda com a diretoria penitenciária. Os presos terão direito a uma hora por dia de banho de sol e a duas horas e meia de visitas coletivas aos finais de semana. A alimentação também será igual a de todos os outros detentos.

Segundo decisão de Moro, os quatro réus ficarão em ala reservada, com boas condições de segurança e acomodação. "De fato, a carceragem da Polícia Federal, apesar de suas relativas boas condições, não comporta, por seu espaço reduzido, a manutenção de número significativo de presos", diz o magistrado

em sua decisão proferida na tarde de domingo.

Outros envolvidos na Lava Jato que estão presos no CMP são o ex-diretor da área de Serviços da estatal Renato Duque; Fernando Soares, o "Baiano", apontado pelas investigações como lobista do PMDB no esquema de corrupção; Guilherme Esteves de Jesus, apontado como operador do Estaleiro Jurong; Mário Góes, um dos operadores do esquema de desvios; e Adir Assad, apontado como operador da Mendes Júnior. Outros dez empreiteiros que estavam no CMP foram beneficiados com uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) e agora estão em prisão domiciliar.

DETIDOS NA PF

Seguem detidos na carceragem da PF, o doleiro Alberto Youssef, peça-chave das investigações; o publicitário Ricardo Hoffmann, que negocia um acordo de colaboração premiada com o MPF; além de Milton Pascowitch, apontado como um dos operadores do esquema; e Nestor Cerveró. A doleira Nelma Kodama e sua subordinada, Iara Galdino da Silva; que já foram condenadas, estão na carceragem da PF prestando depoimentos em outros inquéritos.

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA

Cidadania

Folha de Londrina, terça-feira, 26 de maio de 2015

Exumação de Janene gera polêmica

A possibilidade de exumação do corpo do ex-deputado federal José Janene (PP), morto em 2010, agitou os meios políticos na última semana. O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Petrobras, Hugo Motta (PMDB-PB), chegou a dar como certa a possibilidade depois de afirmar que a comissão teria recebido informações de que o ex-líder do PP na Câmara não estaria morto. Motta disse que um membro da CPI teria revelado que Stael Fernanda, ex-mulher de Janene, havia dito que o ex-marido estaria vivo. Ele até admitiu que iria à Justiça pedir a exumação do corpo do ex-deputado londrinense, mas voltou atrás após a reação de familiares de Janene e da comunidade muçulmana de Londrina.

Dois parentes de Janene refutaram o boato e classificaram Motta de "oportunista". Segundo eles, o ritual fú-

nebre de Janene seguiu os rituais do Islamismo. Antes do enterro, o corpo foi lavado pela família e envolto em véu virgem e, a partir deste momento, não pôde mais ser tocado. A Sociedade Muçulmana de Londrina também enviou correspondência à CPI questionando a necessidade da exumação.

Stael, que se divorciou de Janene em 2008, divulgou nota repudiando a in-

formação de que o ex-marido teria forjado a própria morte. "Não posso deixar de me pronunciar neste momento, por entender ser um erro e uma maldade desumana que farão aos meus filhos, suas filhas e a toda comunidade muçulmana, se vierem a Londrina para um exumação despropositada para fins políticos. Tudo isto é desnecessário", afirmou em uma rede social.

Investiga os desvios de dinheiro público de obras da Petrobras. O partido de Janene, PP, seria um dos beneficiados com propina de contratos superfaturados na estatal

O ex-deputado é considerado peça central do esquema de corrupção na Petrobras, além de também ter sido um dos réus do escândalo do mensalão



26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

FOLHA Cidadania

Folha de Londrina, terça-feira, 26 de maio de 2015

Cresce registro de crimes virtuais no Paraná

Marcos Zanuttic

Nos últimos dois anos, o número de registro de atas notariais para comprovação de crimes virtuais cresceu 24% no Paraná. De 6.675 registros em 2012, passou para 8.288 em 2014, número que coloca o Paraná como o segundo Estado no País em queixas registradas em cartório contra crimes virtuais. Ao todo



no Brasil foram registrados 33.455 documentos que comprovam delitos como calúnia, difamação, falsidade ideológica, divulgação de conteúdo pornográfico e outros crimes em sites, redes sociais e aplicativos de celulares. De 2012 para 2014, as ocorrências registradas nos cartórios do País cresceram aproximadamente 80%.

O coordenador da Comissão de Direito Digital da OAB-Londrina, Thalles Alexandre Takada, explica que a publicação de imagens em sites e aplicativos, ameaças escritas ou em áudio, e-mails e outros conteúdos podem ser registrados nas atas notariais para utilização dos documentos como provas em um eventual processo, caso os materiais sejam deletados. "O

cartório avalia se o conteúdo pode ser aceito como elemento probatório pela Justiça, que considera a fé pública do tabelião", afirma, atentando para o **Marco Civil da Internet**.

Para o diretor da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg-PR), Cid Rocha, a ata notarial "congela no tempo" as provas, o que facilita a ação judicial mesmo que os acusados apaguem do mundo virtual os indícios criminosos. "O advogado entra em juízo com a prova pré-constituída atestada pela fé pública do cartório", afirma, complementando que o **preço acessível do serviço** também pode ser um dos motivos para o aumento da emissão das atas notariais no Paraná.

☛ O acordo determina que os dados e imagens sejam armazenados nos servidores por apenas seis meses

☛ Um documento que registra o conteúdo inadequado de um site em duas páginas custa cerca de R\$ 70, mas o preço pode variar conforme o material

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

ÍNFORME

Saques da Parana Previdência

O ofício enviado pela Parana Previdência ao Ministério Público de Contas (MPC) esclarecendo os saques realizados do fundo previdenciário após a sanção da lei que alterou o regime do fundo previdenciário indica o quanto cada órgão passou a ter direito a resgatar, já que a lei tem efeito retroativo a janeiro. Segundo planilhas anexadas, o maior valor ainda é do Executivo, que repassou, entre janeiro e abril, R\$ 483 milhões referentes a aposentados e pensionistas de seu quadro que passaram para a Parana Previdência. Em segundo lugar vem o Tribunal de Justiça (TJ), que sacou R\$ 23,1 milhões repassados nos quatro primeiros meses; seguido pelo Ministério Público (MP), com R\$ 10,9 milhões; Tribunal de Contas (TC), com R\$ 9,7 milhões; e Assembleia Legislativa (AL), com R\$ 669 mil.

Promessa não cumprida

A polêmica dos saques ocorre porque, ao apresentar o projeto de lei, a promessa do Palácio Iguazu era de que não seria mexido nos valores já repassados, mas amortizado nos meses seguintes. Porém, bastou o texto ser aprovado e virar lei que todos os entes que fazem repasses ao fundo sacassem seus respectivos valores. Os saques dos valores também ajudam a entender por que a AL foi à Justiça para obter um interdito proibitório que garantisse a votação do PL e por que o TJ concedeu um despacho que impediu a entrada da população na chamada Casa do Povo durante a votação da famigerada proposta.

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

LUIZ GERALDO MAZZA

Renê e Thomaz Bastos

Renê Ariel Dotti está para a Operação Publicano do Gaeco, que denuncia um esquema diabólico de auditores fiscais do Paraná, como o grande Marcio Thomaz Bastos figurava no mensalão. Se a denúncia for bem feita, ainda mais centrada em delações premiadas, como se dá com a Lava Jato, as dificuldades para o grande jurista paranaense serão imensas, mas também se com a sua lupa privilegiada detectar nulidades, seu trabalho se tornará normal e com ampla possibilidade de vitória como as teve em circunstâncias bem piores em plena ditadura militar em defesa de todos nós, jornalistas.

O advogado, por melhor que seja tecnicamente e mais respeitado por sua obra nos tribunais superiores, teria dificuldades imensas se a massa de crimes dos fiscais ficasse bem comprovada, apesar do tom de espanto e perplexidade que provoca pela facilidade com que foi operacionalizada sem que qualquer órgão de controle interno o percebesse.

A forma como vinham sendo divulgados os fatos numa perspectiva isolada desse órgão do Ministério Público exigia, pela contundência incontestada desses eventos, uma visão do "outro lado", que sempre cabe à imprensa, todavia que no caso carecia de fonte esclarecedora, ora conferida em parte ao jurista. É que jamais se viu, a não ser em recente nota, uma intervenção de entidade dos acusados para ao menos tirar essa impressão de que não apenas alguns, mas uma ampla maioria da categoria estaria envolvida nos delitos por maior que fosse o espanto provocado. E só não se fala em incredulidade como se fosse um cenário do teatro do absurdo porque estamos vacinados diante da realidade em rotina aqui se revelar mais forte do que a ficção.

Como o governo também não dava a sua versão, embora nelas enalacrado em chocantes referências, percebeu-se que não havia o contraditório em questão de tão suma gravidade. O momento, aliás, é agudamente negativo ao governo por ter sonegado, como fez Dilma Rousseff em sua campanha, a quebra fiscal e ainda por cima ter desencadeado o desastrado confronto de 29 de abril no massacre dos sindicalistas. E é em cima das consequências da 'Publicano' e do episódio do Centro Cívico, mais a insólita referência sem base documental e informe anônimo, em torno do envolvimento da primeira-dama, a razão pela qual o advogado é convocado para defender a honra e a dignidade do governador e a sua sacra privada, a família.

Juristas e professores pedem impeachment

Hubens Chueire Jr.
Reportagem Local

Curitiba - Apesar de ser praticamente impossível conseguir avançar na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, um grupo de juristas e professores universitários protocolou ontem, na Casa, o primeiro pedido de impeachment contra o governador Beto Richa (PSDB). A petição tem como foco central as agressões sofridas por manifestantes durante o confronto generalizado no dia 29 de abril, data em que foi aprovado o projeto que previa mudanças no Paranaprevidência.

O documento, assinado por outras seis mil pessoas, responsabiliza o governador pelos excessos cometidos contra professores e outros servidores. "Estamos incluindo como provas matérias da imprensa, fotos, vídeos e também indicando para que sejam buscadas provas junto à OAB, Ministério Público (MP) e também em um relatório desenvolvido pela UFPR", informou o advogado Tarso Cabral Violin, um dos juristas que assina a petição. Eles ainda indicam 20 testemunhas que poderiam complementar as acusações.

Com extrema maioria da base governista, caso o processo chegue até o plenário, provavelmente, sofreria uma derrota. Entretanto, tal petição nem deve passar pelo crivo da presidência da Casa. Agora, o pedido será encaminhado para a procuradoria da AL para análise jurídica. O presidente pode arquivá-lo ou colocá-lo em votação no ple-

nário. Caso opte pela segunda opção, pelo menos 2/3 dos 54 deputados aprovar o pedido. Se a quantidade exigida de votos for alcançada, é criado um "tribunal especial de impeachment", composto por cinco deputados e cinco desembargadores do Tribunal de Justiça, sorteados. Se durante a votação a maioria decretar a procedência da acusação, o governador perde o cargo.

"Pedidos de impeachment já ocorreram no passado. Vou analisar o aspecto técnico e a procuradoria vai me dizer os procedimentos a serem tomados", disse o presidente da AL, Ademar Traiano (PSDB). O líder do governo na AL, Luiz Cláudio Romanelli (PMDB) disse que não chegou a ler o pedido, e que ficou sabendo da solicitação porque encontrou com um dos advogados que protocolaram o requerimento. "Entendo que todos os pedidos que forem apresentados, se cumprirem aquilo que dispõe a Constituição e o regimento, terão que ser analisados", minimizou.

Para o deputado de oposição, Tadeu Veneri (PT), cabe ao presidente da Casa decidir sobre o pedido. "O pedido é legítimo e todo o cidadão tem este direito em todas as instâncias legais. Neste caso, estes juristas fizeram a solicitação a partir de algumas constatações do que ocorreu durante aquele confronto." Em nota enviada pela assessoria de imprensa, o governo disse que o pedido de impeachment não tem fundamento e que irá aguardar os trâmites legais na AL para se posicionar.

MAZZA

Folclore

Tarso Violin, com seis mil assinaturas, pede impeachment de Beto Richa. Tão ridículo e inoportuno como o da Dilma. História se repete, mormente no Brasil, por absoluta de imaginação.

26 MAI 2015

FOLHA DE LONDRINA

26 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Investigação que cita Richa dá origem a outros dois casos

Gaeco apura esquema no fisco do PR, rede de exploração sexual de menores e fraude em licitação de carros oficiais

As três operações se cruzam, misturando sexo, corrupção e pessoas próximas do governador do PSDB

LUCAS REIS
DO ENVIADO ESPECIAL A LONDRINA (PR)
ESTELITA HASS CARAZZAI
DE CURITIBA

Suspeito num esquema de corrupção no Paraná, um auditor fiscal levou os investigadores à descoberta de um outro crime: uma rede de servidores e empresários para exploração sexual de menores.

Em seguida, um dos envolvidos no novo caso acabou ajudando na apuração de uma fraude numa licitação de veículos oficiais, vencida por um homem que se apresentava como primo do governador Beto Richa (PSDB).

Chefiadas pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime), as três investigações se cruzam, misturando sexo, corrupção e pessoas muito próximas a Richa.

A Operação Publicano, a dos auditores, é a mais robusta. Os auditores, diz o Gaeco, escolhiam uma empresa para ser "trabalhada". Avisavam sobre dívidas tributárias e ameaçavam com multas altíssimas. Ofereciam, então, uma

saída: propina. "Os que não aceitavam [pagar] recebiam retaliações. Quem aceitava não era autuado, ou recebia uma multa bem menor", afirma o promotor Jorge Barreto.

Os valores variavam conforme o porte da firma, podendo passar de R\$ 300 mil. Há ao menos 62 envolvidos, entre auditores e empresários.

Um dos envolvidos, Luiz Antônio de Souza, deu início a outro caso. Grampeado, descobriu-se que ele também atuava numa rede de exploração sexual infantil. Ele foi preso em flagrante no motel com uma menina de 15 anos.

Nesse caso, que envolvia meninas de 13 a 17 anos, há 18 inquéritos concluídos e outros seis em curso. "São situações que envolvem pessoas consideradas acima de qualquer suspeita, conhecidas na cidade", diz o delegado Alan Flore. O caso corre em segredo.

CAMPANHA

Em delação, Souza disse que o esquema dos auditores abasteceu a campanha de Richa à reeleição com ao menos R\$ 2 milhões. O tucano nega. Chama de calúnia as denúncias que envolvem seu nome.

Barreto, o promotor, diz que as investigações estão no início e que não é possível dizer se Richa sabia das fraudes.

Além de Souza, só a audi-

tora Ana Paula Lima continua presa. Ela é mulher de Márcio de Albuquerque Lima, ex-companheiro de corrida de Richa e ex-chefe de fiscalização do fisco, citado como líder do esquema.

Também a partir da Publicano surgiu a Operação Voldemort, referência ao vilão dos livros de Harry Potter, cujo nome, amaldiçoado, não podia ser falado. O pivô é o empresário Luiz Abi Antoun, primo de Richa (o tucano diz que o parentesco é distante).

Ele é acusado de formar organização criminosa, de falsidade ideológica e de fraudar licitação. De acordo com a denúncia, o grupo desviou recursos ao obter ilegalmente contratos para a manutenção de carros oficiais. Ninguém está preso.

Antoun, diz o Gaeco, montou uma firma de fachada e obteve uma contratação emergencial de R\$ 1,5 milhão para o serviço. Oito pessoas foram indiciadas, entre elas o empresário Paulo Midauar, um dos envolvidos no Publicano.

O fotógrafo Marcelo Caramori, ex-assessor de Richa e que chegou a ser preso na operação de exploração sexual, afirmou que Antoun era o responsável pela arrecadação de dinheiro das campanhas de Richa. O governador e o PSDB negam.

CONTINUA

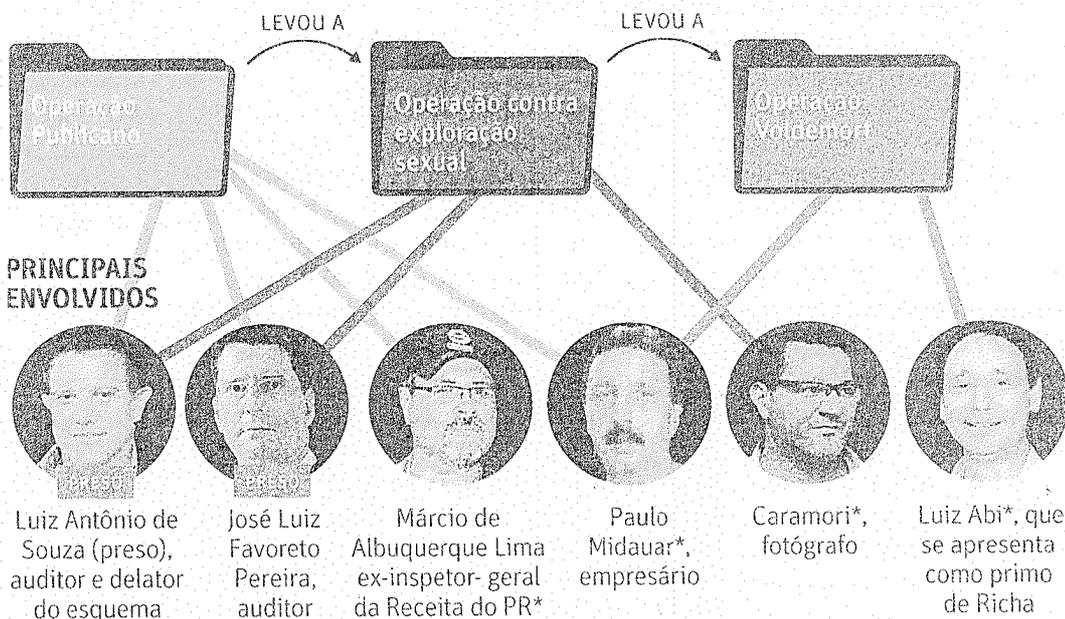
FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

26 MAI 2015

EFEITO DOMINGÓ

Investigações sobre desvios na Receita levaram à descoberta de outros dois escândalos no Paraná



Luiz Antônio de Souza diz que parte da propina ia para a campanha de Beto Richa (PSDB-PR) e quem articulava isso era Márcio de Lima e Luiz Abi. O governador nega

*já foi preso e responde em liberdade

Operação Publicano

Investiga desvios na Receita Estadual em Londrina. Funcionários públicos são suspeitos de cobrar propina de empresas para reduzir ou anular dívidas tributárias

- Início: agosto de 2014

Operação contra exploração sexual

Durante as apurações na Receita, foi descoberta uma rede de exploração sexual de menores

- Início: dezembro de 2014

Operação Voldemort

Investigação sobre desvios em contratos de manutenção de carros oficiais deslançou com depoimentos de Caramori e envolve empresa suspeita de ligação com Luiz Abi

- Início: dezembro de 2014

OUTROLADO

Não houve crime sexual, diz advogado de um dos acusados

DO ENVIADO A LONDRINA (PR) DE CURITIBA

O advogado de Luiz Antônio de Souza, Eduardo Duarte Ferreira, disse que seu cliente não manteve relações sexuais com a garota de 15 anos: foi preso antes disso e, portanto, não houve crime.

Ele não quis falar sobre as acusações de envolvimento de Souza na rede de exploração sexual infantil, pois o caso está sob sigilo de Justiça. Mas admite que o cliente fazia parte do esquema de fraude na Receita estadual.

O advogado de Luiz Abi An-ton, Antônio Carlos Mendes,

disse que seu cliente não falará sobre as acusações envolvendo a Operação Voldemort.

O advogado do fotógrafo Marcelo Caramori, Leonardo Vianna, disse que seu cliente assumiu a responsabilidade em relação às denúncias de exploração sexual.

Os defensores de Márcio de Albuquerque Lima, de Ana Paula Lima, do empresário Paulo Midauar e do auditor José Luiz Favoreto Pereira não foram localizados.

26 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

PAINEL

Torre de papel Dilma tem em seu gabinete uma pilha de 38 nomeações pendentes para tribunais regionais como TRFs, TREs e TRTs.

Olhai por nós As cúpulas dessas cortes já mandaram recados ao governo pedindo agilidade para suprir a ausência dos magistrados.

PAINEL DO LEITOR

Judiciário mais caro

Não tenho palavras para demonstrar a minha indignação ao ler as reportagens "Projeto do STF pode tornar Judiciário maior e mais caro" e "Projetos criam auxílios do berço ao caixão" ("Poder", 24/5). É assustador em um país onde muita gente não tem o que comer e muitos outros trabalham na iniciativa privada, de segunda a sábado, com apenas um mês de férias ao ano e ganham muito menos. Contribuí ao INSS com parcela máxima (10 salários) por 60 anos, sendo 30 como professora universitária, e me aposentei com cinco salários mínimos. Os funcionários públicos têm noção dessas diferenças?

NILZA PEREIRA RUBO (São Paulo, SP)

Das muitas pragas que assolaram esta terra, uma das mais sinistras é a gulodice dos membros do Judiciário. Não lhes basta ganhar salários de R\$ 100 mil, querem 17 deles por ano. Agora, inventam inúmeros privilégios e, ofensa a todos os brasileiros, o auxílio para pagar escola dos filhos até os 24 anos. Qual a justificativa? Logo teremos que trabalhar apenas para sustentá-los.

ANTONIO CESAR AMARU MAXIMIANO
(São Paulo, SP)

MÔNICA BERGAMO

CABO DE FORÇA

A Defensoria Pública de SP também vai entrar como "amicus curiae", ou parte interessada, em ação no STF (Supremo Tribunal Federal) que pode, no futuro, retirar a autonomia das defensorias no país. A iniciativa é uma reação ao procurador-geral do Estado, Elival da Silva Ramos. Ele também pediu para ser ouvido no processo.

CABO DE FORÇA 2

A defensoria paulista considera a iniciativa de Ramos "inoportuna" e aponta "fragilidade nos argumentos" da ADI (ação direta de inconstitucionalidade), apresentada por Dilma Rousseff. A presidente tenta derrubar a autonomia da Defensoria Pública da União e do Distrito Federal.

FORMALIDADES

A assessoria do procurador, que foi criticado também por colegas da PGE, diz que ele só faz "questionamento" no "âmbito formal", ou em como a lei da autonomia surgiu e foi aprovada.

26 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

Cunha quer STF presente em depoimento

Em petição a ministro da corte, defesa de peemedebista diz que procurador-geral tenta forçar executivo a acusá-lo

Janot desconfia de que Julio Camargo mentiu para livrar presidente da Câmara, acusado de ter recebido propina

ANDREIA SADI
DE BRASÍLIA

Os advogados dos presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediram que o relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Teori Zavascki, esteja presente em futuros depoimentos do delator Julio Camargo, executivo ligado à Toyo Setal.

O documento, a que a Folha teve acesso, é uma reação às notícias de que o acordo de delação premiada de Camargo com a força-tarefa da operação que investiga o escândalo de corrupção na Petrobras pode ser anulado.

O motivo seria porque o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, desconfia que o executivo possa ter mentido em seus depoimentos para proteger Cunha.

Na petição, protocolada nesta segunda (25), os advogados de Cunha requerem que seja o procurador seja notificado para que informe data, local e participantes de eventuais reuniões e oitivas já realizadas com Camargo no âmbito do Ministério Público.

“Talvez ciente da absoluta inconsistência de suas suposições [...], o procurador-geral [...] lançou-se em verdadeira cruzada para tentar confirmar, de toda forma, a sua linha de investigação

ADVOGADOS DE EDUARDO CUNHA
em petição

No documento, a defesa pede ainda que “eventuais futuras reuniões ou oitivas sejam feitas perante Vossa Excelência, sendo a defesa do peticionante intimada para se fazer presente ao ato”.

O doleiro Alberto Youssef disse, em depoimento no começo do ano, parte de seu acordo de delação premiada, que o executivo foi pressionado por Cunha a pagar propina a ele e a outros políticos do PMDB. Camargo, no entanto, negou as informações aos investigadores.

Para a defesa, há pressão da Procuradoria para que Camargo corrobore o depoimento de Alberto Youssef.

“Talvez ciente da absoluta inconsistência de suas suposições em face do peticionante, o procurador-geral da República, ao que parece, lançou-se em verdadeira cruzada para tentar confirmar, de toda forma, a sua linha de investigação”, diz o texto.

Cunha e Janot estão em pé de guerra desde que o peemedebista virou alvo de inquirição na Lava Jato. O pedido de investigação foi feito pela Procuradoria e aceito pelo STF.

26 MAI 2015

FOLHA DE S. PAULO

'Radialista das mulheres' é acusado de violência doméstica

Paulo Lopes está proibido de se aproximar da mulher, após denúncia de agressão no ano passado; o advogado dele nega a acusação

ROGÉRIO PAGNAN
DE SÃO PAULO

O radialista Vicente Paula Ribeiro, 68, mais conhecido pelo público como Paulo Lopes, é acusado pela mulher de violência doméstica.

Atualmente com o programa "Show do Paulo Lopes", na Capital AM, ele ficou famoso com o slogan o "amigo das mulheres", em razão de seu público majoritariamente feminino e pela defesa de direitos da mulher.

Desde março passado, por determinação judicial, o radialista está proibido de se aproximar a menos de 100 metros da publicitária Rita de Cássia Reis Mangoão, 53, com quem é casado há 12 anos.

Além disso, a Justiça proibiu Paulo Lopes de fazer contato com ela "por qualquer meio de comunicação". A visita aos filhos do casal, de 12 e 14 anos, também deve ser intermediada por uma terceira pessoa de escolha da mulher.

O litígio ocorreu em 27 de dezembro passado, quando Rita registrou na polícia um boletim relatando ameaças e agressão física. Ela disse ter sido atacada por volta das 7h de 24 de dezembro, quando teria cobrado do marido explicações sobre trocas de mensagens amorosas ao celular, flagradas por ela, entre o marido e uma mulher.

A agressão teria ocorrido quando o radialista buscou recuperar o aparelho que a publicitária tinha colocado dentro da bolsa. O braço da

publicitária teria ficado com hematomas. O boletim policial reproduz insultos à mulher atribuídos ao radialista.

Procurada, Rita não quis comentar o assunto. Indicou sua advogada Márcia Pegoraro Garcia, que confirmou a reclamação feita. "Agressão física foi a primeira. Moral foram várias vezes", disse ela.

Procurado, o radialista disse que não poderia comentar a acusação porque o processo corre em segredo de Justiça. "Não posso nem falar desse assunto", disse à Folha.

O advogado Jonathan Raicher, que defende o radialista, disse que não poderia dar detalhes do caso em razão do segredo de Justiça. Mas afirma que não é verdadeira a história de agressão.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» GOVERNO ESTADUAL

Audidores arrecadavam dinheiro com empresas em nome do Provopar

Gravação mostra que verba foi usada para comprar cobertores que eram distribuídos nos municípios

Rogério Waldrigues Galindo,
Amanda Audi, Katna Baran e
Naiady Piva

As delegacias da Receita Estadual do Paraná receberam em 2014 metas de arrecadação de dinheiro a ser doado para compras de cobertores. Os cobertores foram distribuídos pelo Provopar e pela primeira-dama do estado, Fernanda Richa, em municípios do estado. Além de fazerem doações do próprio bolso, os auditores percorreram empresas do estado pedindo dinheiro. O sindicato da categoria usou a proximidade com o Provopar e com a Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social para pedir benefícios para os auditores, como regulamentação da lei de promoções e o pagamento de bônus atrasados.

Uma reunião realizada em Curitiba em agosto do ano passado mostra que os auditores de algumas delegacias não estavam mais conseguindo

cumprir as metas porque as empresas estariam cansadas de receber os pedidos. “É o terceiro ano que procuramos as mesmas empresas”, diz um dos auditores. Os auditores colaboram com a arrecadação de cobertores desde 2012. A *Gazeta do Povo* teve acesso a uma gravação que revela o conteúdo da reunião. A gravação está de posse do Ministério Público do Estado (MP).

A relação entre Fernanda e os auditores veio à tona depois de uma denúncia anônima recebida pelo Ministério Público dizendo que ela teria pedido arrecadações para a campanha eleitoral em troca de benefícios para a categoria. Depois disso, o governador Beto Richa, em entrevista ao UOL, disse que Fernanda “nem sabe o que é um auditor”. E a própria Fernanda, que também é secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, negou as acusações.

Na reunião, os auditores dizem que conversaram com Fernanda Richa e pediram que ela falasse com o então secretário da Fazenda, Luiz Eduardo Sebastiani, para que desse “apoio” aos pleitos da categoria. “Ela já de antemão se colocou à disposição para pedir ao Sebastiani que analisasse com carinho os nossos pleitos e inclusive vai falar pesso-

almente com o Beto Richa em relação aos nossos atrasados”, diz o vice-presidente do Sindafep, sindicato da categoria, Wanderci Polaquini.

Na reunião, entre representantes sindicais das delegacias da Receita, alguns reclamavam da meta, que estaria “pesada”. Em 2012, os auditores contribuíram com 130 mil cobertores, ou R\$ 1,3 milhão. Isso equivale a 65% da meta do Provopar, de arrecadar 200 mil cobertores.

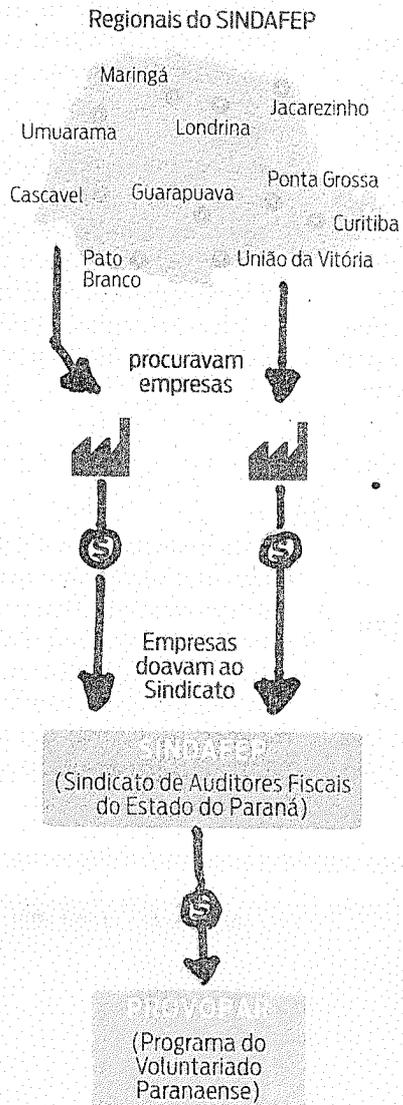
Em 2014, ano em que houve as promoções da categoria, a *Gazeta* apurou que a meta imposta aos auditores teria subido para R\$ 2 milhões. O representante de Ponta Grossa afirma na gravação que a delegacia regional ficou encarregada de arrecadar R\$ 140 mil. No momento da reunião, as delegacias ainda precisavam contribuir com mais R\$ 260 mil para chegar à meta.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO ARRECADAÇÃO

GAZETA DO POVO

Audidores fiscais de todas as regionais da Receita Estadual participaram da arrecadação para o Provopar, dando dinheiro ou procurando empresas.



COMO FUNCIONA

Desde 2012, o Sindicato de Auditores Fiscais do Estado do Paraná (Sindafep) contribui para a campanha Espalhe Calor, desenvolvida pelo Programa do Voluntariado Paranaense (Provopar).

Contribuições anuais*

Contribuição	2012	2013	2014
R\$ 1,3 milhão	130 mil cobertores	71,5 mil cobertores	Não há informações sobre a arrecadação total de 2014.

No ano passado, cada regional sindical foi incumbida de cumprir uma meta de arrecadação para a campanha do Provopar.

Para cumprir a meta, os auditores davam dinheiro e procuravam possíveis empresas doadoras; para algumas foram encaminhados ofícios do Provopar.

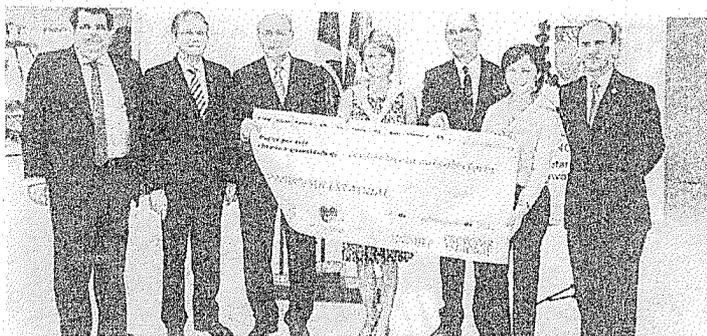
A verba arrecadada ia para o Sindafep, que repassava o dinheiro ao Provopar.

Na reunião de agosto do ano passado, auditores citam que tentariam cumprir a meta. Também mencionam que pediram empenho da primeira-dama do estado **Fernanda Richa** em relação aos "pleitos da categoria".

Como consta no site da categoria, o Sindafep mantém parceria com o Provopar em outros projetos, com a campanha **Volta às Aulas**, que distribui kits escolares para crianças de cidades pobres do estado.

*As informações são de notícias coletadas no site do Sindicato.

Fonte: Redação. Infografia: Gazeta do Povo.



Fernanda, com Haully e representantes de auditores e do Provopar, exhibe cheque de "130 mil cobertores" arrecadados em 2012.

R\$ 2 MILHÕES

seria a meta de arrecadação dos auditores da Receita Estadual em 2014 para financiar a compra de cobertores para a distribuição no estado, segundo apurou a reportagem.

CONTINUA

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Presidente de sindicato nega ter orientado auditores e diz que prática é antiética

O presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita do Estado do Paraná (Sindafep), José Carlos Carvalho, afirmou à reportagem, por telefone, que consideraria antiética a atitude de um auditor que fosse pedir dinheiro em empresas para o Provopar.

Sem orientação

Embora estivesse presente à reunião em agosto de 2014, Carvalho disse que não sabe de visitas do gênero e disse nunca ter dado orientação para que isso ocorresse.

“Nós nunca orientamos a ir na empresa”, disse Carvalho, afirmando que isso seria totalmente irregular. “Como que o auditor vai numa empresa pedir doação? Não é ético”, disse.

Conversa entre eles

Questionado sobre o fato de os auditores terem falado na reunião sobre visitas a empresas, Carvalho respondeu que isso foi “conversa entre eles [auditores]”. Carvalho, que é auditor aposentado, assumiu a presidência do sindicato no ano passado, e ressalta que a colaboração com o Provopar já vinha de antes de sua gestão. A reportagem tentou contato também com o vice-presidente do sindicato, Wanderci Polaquini, mas não o localizou.

OUTRO LADO

Auditores dizem que não solicitavam dinheiro em empresas

A **Gazeta do Povo** falou com alguns auditores que participaram da reunião sobre as “metas” do Provopar. Três confirmaram o teor das discussões, mas afirmam que as doações não tinham relação com as progressões de carreira e nem eram solicitadas em empresas.

Plínio Luiz Faeda, representante da delegacia da Receita de Pato Branco, disse que os auditores costumam fazer doações a cerca de seis instituições sociais, incluindo o Provopar. Ele afirmou que as contribuições saíam do bolso dos auditores.

Se todos os cerca de 900 auditores do estado doassem para o Provopar, teriam que desembolsar R\$ 2,2 mil para

chegar aos R\$ 2 milhões arrecadados no ano passado.

Questionado se o valor não era muito grande para os auditores destinarem do bolso a apenas uma das instituições beneficiadas, Faeda desconversou. “Vamos continuar fazendo as contribuições. Nós vimos que muita gente carente foi beneficiada com isso. A nós não interessa a parte política”, disse.

Já José Carlos Endlich, representante da regional de Maringá, relatou que as doações para o Provopar acontecem desde 2011 e “são sempre muito bem sucedidas”. Ele disse que é possível que empresas tenham contribuído, mas diretamente para o Provopar. “Se aconteceu, foi contabilizado. Por meio nosso, não.”

Genildo Tibes, representante de Guarapuava, disse que as contribuições são “voluntárias”. Ao ser perguntado sobre

uma possível conexão política, encerrou a ligação e depois desligou o celular.

O representante de Umuarama se recusou a falar com a reportagem e não quis ser identificado. Os representantes de Ponta Grossa e Jacarezinho atualmente estão em licença médica. A reportagem não conseguiu localizar os membros do conselho de Guaratuba e União da Vitória. Um dos participantes da reunião, da regional de Londrina, chegou a ser preso na Operação Publicano, que investiga o esquema de pagamento de propina para auditores da Receita. Ricardo de Freitas, da regional de Londrina, foi preso em março por suposto envolvimento no esquema investigado pelo Ministério Público. Ele responde ao processo em liberdade, mas está afastado do cargo na Receita desde então.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

Fernanda Richa tem condenação por campanha em entrega de cobertores

▮ A secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social Fernanda Richa já foi condenada judicialmente por usar uma cerimônia de entrega de cobertores em Curitiba para pedir votos para o marido, o atual governador Beto Richa (PSDB). A cerimônia ocorreu em 2010, no Parolin, em Curitiba, quando Richa havia deixado a prefeitura para ser candidato ao governo do estado. Na época, Fernanda Richa era presidente da FAS, a Fundação de Assistência Social da prefeitura de Curitiba.

A condenação ocorreu na Justiça Eleitoral, que considerou que Fernanda e um líder comunitário fizeram campanha antecipada para Richa. Ao microfone, diante de aproximadamente 1,5 mil famílias que tinham ido ao local para receber os cobertores, Fernanda criticou o governo da época (de Roberto Requião) e disse que seria possível contratar mais policiais para melhorar a área da segurança pública.

“Essa polícia, [Ademar] Traiano [deputado estadual presente na solenidade], nós não temos. Essa polícia está aqui desde a época em que meu sogro [José Richa] foi governador. É o mesmo número de policiais. Não aumentou um policial, não houve uma capacitação. Se Deus quiser, se Deus

quiser e as pessoas ali daquela vila tiverem um pouco de bom senso, no ano que vem, além de a gente fazer concurso, chamar muito mais policiais, capacitar, dar condições de dar segurança para a gente, a vila vai poder mudar. Caso contrário, nós vamos ficar nesse sofrimento”, disse Fernanda.

A entrega dos cobertores só ocorreu depois dos discursos das autoridades. Na época, questionada pela reportagem sobre a necessidade do evento prévio à entrega, Fernanda disse que não se tratava de campanha eleitoral. “Promove a união da comunidade, faz com que todo mundo se converse. E as pessoas vêm para escutar música, para escutar uma nova ideia e não tem nenhuma outra conotação que não essa”, disse.

Fernanda continua recorrendo da multa imposta pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), de R\$ 5 mil.

R\$5 MIL

foi o valor da multa que a Justiça Eleitoral aplicou a Fernanda Richa por fazer campanha antecipada.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

CELSO NASCIMENTO

Versão 1

Até porque os boletins impressos oficiais da entidade registram os contatos com a primeira-dama Fernanda Richa, o presidente do Sindicato dos Auditores Fiscais do Paraná (Sindafep), José Carlos Carvalho, não desmente que procurou a ajuda dela para que a categoria fivesse sucesso numa reivindicação que já se arrastava há mais de uma década. Carvalho, no entanto, repudia a insinuação de que em troca da ajuda de Fernanda o Sindafep iria colaborar na arrecadação de doações para a campanha eleitoral de Beto Richa de 2014.

Versão 2

Segundo ele, as doações feitas por auditores da Receita para a campanha foram feitas pessoais, sem nenhuma relação com a atuação do sindicato, que recorreu não só à primeira-dama como também a inúmeras outras autoridades de todos os poderes. Todos os secretários da Fazenda dos últimos governos foram também contatados e acordos foram formalizados meses antes das conversações com Fernanda Richa.

Versão 3

As promoções na carreira dos auditores estavam atrasadas desde governos passados, mas foi com Richa que elas foram atendidas sob a condição de que os auditores não reivindicariam direitos pretéritos como juros ou correções, segundo carta-compromisso formalizada em outubro de 2012. As promoções de maio de 2014, diz Carvalho, apenas regularizaram uma anomalia que tendia a se perpetuar.

BESSA Flores do campo para Fernanda

O presidente da Faep (Federação da Agricultura do Estado do Paraná), Ágide Meneguette, acompanhado de sua diretoria e assessores, esteve na tarde desta segunda-feira (25) em visita de solidariedade à secretária da Família e Desenvolvimento Social do estado, Fernanda Richa, no Palácio das Araucárias. "Conhecemos o perfil da Fernanda e levamos o nosso apreço pela sua conduta sempre correta na vida pessoal e na vida pública paranaense", disse Meneguette.

A declaração foi em referência à denúncia anônima recebida pelo Ministério Público estadual, na semana passada, segundo a qual a primeira-dama teria pedido dinheiro a auditores da Receita Estadual para a campanha à reeleição do governador Beto Richa em troca de promoções dos mesmos.

FERNANDA RICHA NÃO FALA

A **Gazeta do Povo** procurou na tarde desta segunda-feira (25) a secretária do Trabalho e Desenvolvimento Social, Fernanda Richa, e a presidente do Provopar, Carlise Kwiatowski. Ambas pediram que a reportagem enviasse as perguntas sobre o tema por e-mail. Até o fechamento desta reportagem, porém, as respostas ainda não haviam chegado.

GAZETA DO POVO

DENIS ALVES GUIMARÃES

26 MAI 2015

Os pacotes anticorrupção e os acordos de leniência

No mês de março a sociedade brasileira assistiu ao lançamento de ao menos três pacotes anticorrupção formulados por instituições relevantes. O primeiro foi anunciado pelo governo federal e entre as medidas principais consta o decreto regulamentador da Lei Anticorrupção, apelidada pelo governo de Lei da Empresa Limpa. Parte significativa do decreto regulamenta os chamados acordos de leniência, por meio dos quais o praticante de uma infração pode ter suas penas extintas ou reduzidas em troca de colaboração nas investigações que leve à obtenção de provas contra outros praticantes de condutas ilegais.

Depois foi a vez de o Ministério Público Federal anunciar seu pacote anticorrupção, incluindo a proposta de criação do acordo de leniência no âmbito das ações de improbidade administrativa, sendo que a competência para sua celebração seria exclusiva do MP.

A Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) também anunciou um pacote defendendo 15 medidas, dentre elas a suspensão dos efeitos do decreto regulamentador da Lei Anticorrupção e a alteração da própria lei, por entender que esta deveria explicitar as competências dos Tribunais de Contas e do MP, especialmente em relação ao controle dos acordos de leniência.

Atualmente, existem três regimes jurídicos análogos em vigor no Brasil, correspondentes ao que pode ser chamado de acordo de leniência. São eles: o acordo de leniência previsto pela Lei de Defesa da Concorrência ou Lei Antitruste (Lei 12.529); o acordo de leniência previsto pela Lei Anticorrupção (Lei 12.846) e a colaboração premiada prevista pela Lei de Organização Criminosa (Lei 12.850).

Ao contrário do que vem sendo afirmado, acordo de leniência não é sinônimo de impunidade. Muito pelo contrário, a leniência pode ser um instrumento de investigação muito eficaz para a produção de prova contra vários investigados. É claro que desvios de finalidade podem ocorrer, especialmente quando o instituto da leniência é introduzido em uma nova lei, devendo ser aplicado por uma nova autoridade e, principalmente, no âmbito de uma operação impactante como a Lava Jato. É o que ocorre com o acordo de leniência previsto pela Lei Anticorrupção, recentemente regulamentado também pela Portaria 910 da Controladoria-Geral da União (CGU), que é justamente o órgão responsável pela celebração dos acordos.

A CGU não tem experiência na celebração de acordos de leniência, e também não constitui um órgão independente do poder político, visto que é diretamente subordinada à Presidência da República. Vê-se, portanto, que a Controladoria-Geral da União não está sob as mesmas condições favoráveis que estão Ministério Público e Judiciário para celebrar e homologar colaborações premiadas, bem como Cade e MP estão para celebrar acordos de leniência, visto que são órgãos independentes do governo.

Desde 2003 até 2014, o Cade celebrou 49 acordos de leniência, tendo construído toda essa experiência em parceria com o MP. O atual momento crítico da Operação Lava Jato, bem como suas consequências políticas e econômicas, requer que as instituições trabalhem juntas, de forma a construir soluções jurídicas sólidas com base em experiências prévias bem-sucedidas. Dessa forma os acordos de leniência poderão extrapolar sua atual utilidade nos campos antitruste e criminal para abranger também o novo e importante território da Lei Anticorrupção.

Denis Alves Guimarães é advogado e especialista do Instituto Millenium.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

PRECATÓRIOS DO PARANÁ Líder do governo promete segurar projeto do Executivo

▮ Líder do governo na Assembleia Legislativa do Paraná, Luiz Claudio Romanelli (PMDB) afirmou que não dará tramitação ao projeto do Executivo que reduz o teto das requisições de pequeno valor (RPV). Hoje, se alguém ganha uma causa contra o estado cujo valor é inferior a 40 salários mínimos (R\$ 31,5 mil), o governo não pode pagar em precatórios – é obrigado a retirar a quantia do caixa em 60 dias. A proposta, porém, prevê a redução do valor para R\$ 12 mil, além de aumentar o prazo de pagamento para 90 dias. Relator da matéria na CCJ, Romanelli disse que o projeto será "engavetado" num acordo com a OAB no Paraná, que é contrária à mudança. Segundo ele, a decisão de seguir ou não com a proposta será exclusivamente do governo, que, para isso, teria de solicitar regime de urgência na tramitação ou enviar um novo texto à Assembleia.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

NOTA POLÍTICA

A defesa de Richa

O advogado René Ariel Dotti apresentou na quinta-feira (21/5) uma petição ao Ministério Público Estadual para ter acesso às investigações sobre abusos cometidos durante a repressão policial a manifestantes que acabou com 213 feridos, no Centro Cívico. A previsão é que Dotti receberia os dados no começo desta semana. "Queremos examinar o conteúdo. Minha única preocupação é que se faça uma investigação isenta", diz o advogado. A ideia é que também se apure se houve excessos cometidos pelos organizadores do protesto. Dotti assumiu a defesa do governador e da primeira-dama, Fernanda Richa, nesse caso e também na apuração das denúncias de corrupção na Receita Estadual.

ENTRELINHAS

Maioridade penal

A redução da maioridade penal é tema de uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep), nesta terça-feira (26). A iniciativa é da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, em parceria com o Movimento Paraná Contra a Redução da Maioridade Penal. Será no plenarinho da Alep, das 9 às 12 h.

PENITENCIÁRIAS

Agentes

penitenciários

suspendem a greve

O Sindicato dos Agentes Penitenciários do Paraná (Sindarspen) decidiu suspender a paralisação da categoria, iniciada no último sábado (23), após reunião com representantes da Secretaria Estadual da Segurança Pública do Paraná (Sesp). De acordo com a assessoria de imprensa do sindicato, o comando de greve optou por suspender a paralisação em decorrência de uma decisão judicial que considerou a greve ilegal. A liminar também responsabiliza o Sindarspen, dirigentes sindicais e agentes penitenciários por eventuais crises nos complexos penitenciários estaduais que venham a ocorrer a partir de agora. A multa diária prevista, em caso de descumprimento da decisão, é de R\$ 50 mil. Apesar da decisão judicial, o sindicato ressaltou que a greve está suspensa apenas até a próxima quinta-feira (28). Nessa data, uma nova assembleia geral da categoria será realizada para a definição dos rumos do movimento grevista.

26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

BESSA

Altas horas e Baixada

De passagem por Curitiba para uma palestra, o ministro do Supremo Tribunal Federal José Antonio Dias Toffoli marcou presença no bar Ponto Final na sexta-feira, onde ficou até às três e meia da manhã ouvindo o dono da casa, o turco Riad, tocar violão, na companhia de amigos. No sábado, foi conhecer a Arena da Baixada, acompanhado pelos desembargadores do Tribunal de Justiça Jucimar Novochadlo e Luiz Fernando Keppen.

O ministro do STF José Antonio Dias Toffoli (de camisa xadrez) ouve explicações do presidente do Atlético Paranaense, Mario Celso Petraglia, durante visita à Arena da Baixada, no último sábado.



26 MAI 2015

GAZETA DO POVO

» LAVA JATO

Cunha quer STF acompanhar depoimento

Os advogados dos presidente da Câmara Federal, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), pediram que o relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Teori Zavascki, esteja presente em futuros depoimentos do delator Julio Camargo, executivo ligado à Toyo Setal.

O documento, a que a reportagem teve acesso, é uma reação às notícias de que o acordo de delação premiada de Camargo com a força-tarefa da operação que investiga o escândalo de corrupção na Petrobras pode ser anulado.

O motivo seria porque o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, desconfia que o executivo possa ter mentido em seus depoimentos para proteger Cunha.

Na petição, protocolada nesta segunda-feira (25), os advogados de Cunha requerem que o procurador seja notificado para que informe data, local e participantes de eventuais reuniões e oitivas já realizadas com Camargo no âmbito do Ministério Público.

No documento, a defesa pede ainda que “eventuais futuras reuniões ou oitivas sejam feitas perante Vossa Excelência, sendo a defesa do peticionante intimada para se fazer presente ao ato”.

O doleiro Alberto Youssef disse, em depoimento no começo do ano, em parte de seu acordo de delação premiada, que o executivo foi pressionado por Cunha a pagar propina a ele e a outros políticos do PMDB. Camargo, no entanto, negou as informações aos investigadores.

Para a defesa, há pressão da Procuradoria para que Camargo corrobore o depoimento de Alberto Youssef.

“Talvez ciente da absoluta inconsistência de suas suposições em face do peticionante, o procurador-geral da República, ao que parece, lançou-se em verdadeira cruzada para tentar confirmar, de toda forma, a sua linha de investigação”, diz o texto.

Cunha e Janot estão em pé de guerra desde que o peemedebista virou alvo de inquérito na Operação Lava Jato. O pedido de investigação foi feito pela Procuradoria e aceito pelo STF.

26 MAI 2015

TRIBUNA DO PARANÁ

FUNDO RATEADO

A aprovação da reforma da previdência em caráter retroativo permitiu que todos os Poderes do estado sacassem valores do Fundo Previdenciário. Ao todo, o Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia Legislativa e Tribunal de Contas do Paraná sacaram R\$ 44,4 milhões. Os saques foram revelados em reportagem da Gazeta do Povo, que teve acesso ao documento sigiloso que especifica o montante destinado a cada Poder. Todos os dirigentes dos órgãos citados assinaram o acordo, firmado um dia depois do "massacre do Centro Cívico". No total, R\$ 527 milhões saíram do Fundo Previdenciário. A maior parte, R\$ 483 milhões, foi destinada ao governo estadual. Depois, o órgão que mais se beneficiou foi o TJ, que recebeu R\$ 23,2 milhões. Em seguida aparecem o MP (R\$ 10,9 milhões), o Tribunal de Contas (R\$ 9,7 milhões) e por fim a Assembleia (R\$ 669,3 mil).

A MAIS

Os valores são "ressarcimento" pelo que os órgãos "pagaram a mais" com aposentados com mais de 73 anos entre janeiro e abril. Esses pagamentos passaram a ser feitos pelo Fundo Previdenciário, uma espécie de poupança do funcionalismo. Antes, eram pagos pelo caixa de cada instituição.

MUDOU

Os saques vão na contramão do anunciado pelo governo. O secretário da Fazenda, Mauro Ricardo Costa, afirmou que não iria retirar dinheiro da previdência, mas compensar com menos repasses.

MAIS CURTO

Ação não é recomendada por especialistas. Na prática, a solvência do fundo será ainda menor que os cerca de 30 anos apontados pelo governo.

CULPA DELE

O advogado do governador Beto Richa, Renê Dotti, culpou, em entrevista à CBN Londrina, o ex-secretário de Segurança Pública, Fernando Francischini, pelo excessos durante a repressão policial do dia 29 de abril, quando mais de 200 pessoas ficaram feridas. "A partir do momento que o governador atribuiu uma tarefa funcional ao secretário, toda a responsabilidade passa a ser dele".

PRESÍDIO

A Justiça Federal determinou que o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto e os ex-deputados André Vargas (ex-PT-PR), Luiz Argôlo (SD-EA) e Pedro Corrêa (PP-PE) sejam transferidos da sede da Polícia Federal para um presídio comum. Eles irão pro Complexo Médico Penal, em Pinhais, onde já estão cinco presos da Lava Jato, como o ex-diretor da Petrobras Renato Duque e o operador Fernando Soares.

JORNAL DO ÔNIBUS

NOTAS POLÍTICAS

Nomeação de Fachin

A nomeação do jurista Luiz Edson Fachin para a cadeira vaga no Supremo Tribunal Federal (STF) foi publicada na edição desta segunda-feira (25) do "Diário Oficial da União". O decreto que oficializa a nomeação, última etapa antes de ele ser empossado no cargo, havia sido assinado na última sexta (22) pela presidente Dilma Rousseff. A posse do advogado na Suprema Corte está marcada para 16 de junho.

Fiança por hipoteca

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu uma liminar que permite que Guilherme Esteves de Jesus, réu em um dos processos da Operação Lava Jato, possa apresentar uma hipoteca judicial de imóvel como pagamento de fiança, ao invés dos R\$ 500 mil inicialmente estipulados pelo juiz Sergio Moro.

Pedido de impeachment

Um grupo de advogados protocolou ontem, na Assembleia Legislativa, um pedido de abertura de processo de impeachment contra o governador Beto Richa (PSDB). A petição, segundo eles, foi subscrita por cerca de seis mil pessoas, e está assinada por, entre outros, os advogados Tarso Violin, André Passos, Nasser Ahmad Allan, Sandro Lunard Nicoladeli, Lincon Schroeder Sobrinho, Samir Namur, Haroldo Alves Ribeiro Jr e Júlio Cezar Bitencourt Silva.

Ex-deputados são transferidos para presídio

O juiz federal Sérgio Moro, responsável pelos processos da Lava Jato na primeira instância, autorizou a transferência de mais quatro presos da carceragem da Polícia Federal (PF) para o Complexo Médico-Penal em Pinhais, na Região Metropolitana de Curitiba.

Três dos detentos são ex-deputados federais: André Vargas, que era do PT e atualmente está sem partido, Luiz Argôlo, que está afastado do Partido Solidariedade, e Pedro Corrêa, que pertencia ao Partido Progressista. Também será transferido o ex-tesoureiro do PT João Vaccari Neto. ●

Vereadores de 2003 terão que devolver R\$ 944 mil

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) desaprovou a prestação de contas da Câmara Municipal de Curitiba no exercício de 2003, de responsabilidade do então presidente, João Cláudio Derosso. A irregularidade ocorreu no pagamento de remuneração aos vereadores acima dos valores devidos.

No julgamento do processo, relatado pelo auditor Thiago Barbosa Cordeiro, a Segunda Câmara do TCE-PR determinou a devolução do que foi pago irregularmente aos 38 vereadores e suplentes que exerceram mandato naquele ano. O valor a ser devolvido – que será atualizado com juros e correção monetária – soma R\$ 944.464,95. ●

26 MAI 2015

Gaeco faz acareação entre acusados de exploração sexual



O auditor fiscal Luiz Antônio de Souza e o ex-assessor do governo esta-

dual Marcelo Caramori fizeram uma acareação nesta segunda-feira (25) na sede do Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado (Gaeco) em Londrina, no norte do Paraná. Os dois são acusados de participação em um esquema de exploração sexual de menores.

Luiz Antônio de Souza está preso desde o dia 13 de janeiro, quando foi flagrado em um motel com uma adolescente de 15 anos. O MP-PR já entrou com oito ações na Justiça contra o auditor, que assinou um acordo de delação premiada. ●